



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2016
Período: 1º Semestre
PM DE PORTO XAVIER



Nome da Entidade: PM DE PORTO XAVIER
CNPJ: 87613667000148
ORGÃO Nº: 55100
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 31602011811576943 (Modelo 9)
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Fundo
Responsável pelo Fundo: Ana Cristina Bratz Prill
Telefone: (55)33540713
e-mail: pessoal@pmportoxavier.com.br
Lei de Instituição do Controle Interno: 2.146
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 06/09/2011
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 2.162
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 07/12/2011

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
33262624004	Tania Roseli Cardoso Schmidt	PRESIDENTE DO CONTROLE INTERNO	tania@pmportoxavier.com.br	(55) 3354-0712

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Observações: Demais membros que compõe a Central do Sistema de Controle Interno: Davi Mayer conforme portaria 9.454 de 15/09/2015, João de Matto Garibaldi, portaria nº 10.703 de 26/01/2016.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada 29/02/2016 dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada 30/05/2016 dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: Ambas Audiências públicas foram feitas na Câmara Municipal de Vereadores.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 2.464, publicada em 20/10/2015:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Observações: LDO foi publicada no mural da prefeitura 20/10/2015 e no site do município endereço eletrônico [www.pmportoxavier.rs.gov.br r/contaspublicas/filtro](http://www.pmportoxavier.rs.gov.br/r/contaspublicas/filtro) em 11/11/2015.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2016
Período: 1º Semestre
PM DE PORTO XAVIER



41604010512103346

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.6

27/07/2016

11:10:32

Pág.: 2/6

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2016 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2016, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Observações: Publicados juntos com a Lei 2.464/15

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Observações: Consta anexada a LDO nº 2.464/15

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Observações: Decreto 2.825 de 04/01/2016.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;
- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;
- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Observações: Sim

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2016
Período: 1º Semestre
PM DE PORTO XAVIER



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.6

27/07/2016

11:10:32

Pág.: 3/6

Observações: Até o presente bimestre não houve limitação de empenhos.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2016, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Observações: Não foram contratadas novas operações de créditos até esse bimestre.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2016 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Observações: Consta no modelo 9 - RGF - Dívida Consolidada liquidada o valor de R\$1.197.824,47

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2016 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Observações: Não houve receita de alienação de bens até o presente bimestre.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 30/04/2016 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Observações: Através do SICONFI.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Observações: Averiguamos que na contabilidade estas sendo observada a vinculação das receitas e despesas. constatamos que as disponibilidades do RPPS estão sendo depositadas e aplicadas em contas separadas.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2016
Período: 1º Semestre
PM DE PORTO XAVIER



41604010512103346

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.6

27/07/2016

11:10:32

Pág.: 4/6

Observações: A contabilidade está identificando os beneficiários de sentenças judiciais. Costa na LOA nº 2.472/15, no anexo das despesas por projeto/atividade, órgão 12 Operações Especiais.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2016 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Observações: Conforme LDO nº 2.464/15, art 13 e 55, consta anexo prevendo isenção de IPTU para aposentados que possuem apenas uma residência.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Observações: RREO 1º bimestre, publicada em 30/03/16, no mural, no Jornal Gazeta do povo e no endereço eletrônico www.pmportoxavier.rs.gov.br/contas_publicas. RREO 2º bimestre, publicada em 25/05/16, no mural, no Jornal Gazeta do povo e no endereço eletrônico www.pmportoxavier.rs.gov.br/contas_publicas. RREO 3º bimestre, publicada em 29/07/16 no mural, no Jornal Gazeta do povo e no endereço eletrônico www.pmportoxavier.rs.gov.br/contas_publicas.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2016, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: RGF 1º semestre 2016, publicada em 29/07/16, no mural, no Jornal Gazeta do povo e no endereço eletrônico www.pmportoxavier.rs.gov.br/contas_publicas.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2016
Período: 1º Semestre
PM DE PORTO XAVIER



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.6

27/07/2016

11:10:32

Pág.: 5/6

A Despesa total com Pessoal excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2016.

O Poder Executivo excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2013.

O percentual excedente não foi reduzido em, pelo menos, 1/3 no quadrimestre seguinte, 2º Semestre de 2014, e, não foi eliminado o excesso, integralmente, até o segundo período seguinte, 2º Semestre de 2015.

Observações: Exercício de 2013= percentual com gasto de pessoal 50,06% Exercício de 2014= percentual com gasto de pessoal 50,17% Exercício de 2015= percentual com gasto de pessoal 51,42% RCL R\$ 22.187.194,17, gasto com pessoal R\$ 11.643.849,32, percentual 52,48 s/ RCL.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

Observações: Estão sendo disponibilizadas na internet em tempo real as informações e atendimento a LC101/00 e LC 131/09 no endereço eletrônico www.portoxavier.rs.gov.br/contaspublicas.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Observações: Ainda não foi implantado o controle de custos.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Constatamos que no modelo 9- Demonstrativo dos limites RGF, foi emitido alerta referente aos índices de despesa com pessoal nesse bimestre.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2016
Período: 1º Semestre
PM DE PORTO XAVIER



3.0.0.6

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

27/07/2016

11:10:32

Pág.: 6/6

PM DE PORTO XAVIER, 27/07/2016

PAULO SOMMER
Prefeito Municipal

Tania Roseli Cardoso Schmidt
Responsável pelo Controle Interno